



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012033-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Raphael Galvão Menezes dos Santos**
 Requerido: **B2W VIAGENS E TURISMO LTDA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido junto à ré no dia 21/08/2014 um pacote de viagem para Foz do Iguaçu, onde se hospedaria no Mirante Hotel, pagando por ele R\$ 1.174,62.

Alegou ainda que no dia 26/08/2014, ainda dentro do prazo previsto no art. 49 do CDC, pediu o cancelamento da viagem em decorrência de problemas pessoais, mas a ré não lhe restituiu o valor que despendera a esse título.

Almeja à sua condenação a devolver aquela quantia, fazendo-o em dobro.

Reputo que assiste razão à ré quando argumenta que o art. 49 do CDC não se aplica à espécie vertente.

Com efeito, muito embora a compra tenha sido implementada nas condições previstas nesse preceito legal, observo que ela teve vez em 21 de agosto e que a viagem deveria suceder no dia 28 do mesmo mês.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outras palavras, como o intervalo de tempo entre a efetivação da compra e a concretização da viagem era de precisamente sete dias entendendo que o art. 49 do CDC não seria de incidência cogitável precisamente porque contempla o mesmo lapso para a manifestação da desistência.

Entendimento diverso levaria à possibilidade do autor cancelar a viagem no dia de sua realização sem qualquer ônus, o que não se afigura razoável porque à evidência isso geraria prejuízos cujo ressarcimento seria de rigor.

Em consequência, a solução da questão posta é dada pelo próprio contrato celebrado entre as partes, pois ele em sua cláusula 7.1 determina que em caso de cancelamento com até 48 horas úteis antes do embarque o contratante – autor – ficaria sujeito ao pagamento de penalidades e encargos (fl. 57).

É a maneira eleita para a reparação dos danos oriundos do cancelamento, merecendo observância.

Cumpra assinalar que esses valores são os fixados no próprio contrato (cláusula 7.8.1 – fl. 57) e como o autor comunicou previamente à ré que não viajaria (fls. 19/21, pouco importando a forma de sua verificação, apta a produzir os efeitos que lhe seriam inerentes) se levará em conta a alínea b dessa cláusula (afasto a aplicação da alínea c porque o autor não deixou de comparecer simplesmente ao embarque).

Assentadas essas premissas, tem-se por devido pelo autor o pagamento de R\$ 355,63, apurado por três trechos de R\$ 90,00 cada um e mais a taxa de R\$ 85,63, tudo na forma do que a própria ré colacionou a fls. 68/69.

Ele fará jus, portanto, ao reembolso de R\$ 818,99, com a ressalva de que a devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

No caso, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar o cancelamento da compra realizada pelo autor junto à ré, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 818,99, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2014 (época do cancelamento do pacote), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**